O post é rotulagem. O vídeo é vistoria.

Guia técnico sobre redes sociais na fiscalização federal do MAPA — o que a legenda diz e o que a imagem mostra, sob o Decreto 12.709/2025, a IN MAPA 5/2000, a Lei 14.515/2022 e o Decreto 12.502/2025

Não existe lei que trate de "rede social como prova", e ninguém precisa dela. O decreto novo diz que a conduta é infração inclusive quando praticada por rede social. E o vídeo não prova só o que você escreveu: prova o estado da sua fábrica, no dia, com data e hora.

O VEREDITO – AS TRÊS FUNÇÕES QUE UMA PUBLICAÇÃO CUMPRE

1 · COMO PROVA – ADMISSÍVEL

Só a prova **ilícita** é inadmissível (CF, art. 5º, LVI; Lei 9.784/1999, art. 30). Perfil comercial aberto é informação pública: não há sigilo a violar, logo não há ilicitude a alegar.

2 · COMO FATO – O CASO COMUM

É aqui que a cervejaria perde. A infração se consuma **na publicação**, não na prateleira — seja pelo que a legenda afirma, seja pelo que a câmera mostra da área de produção.

3 · COMO AGRAVANTE

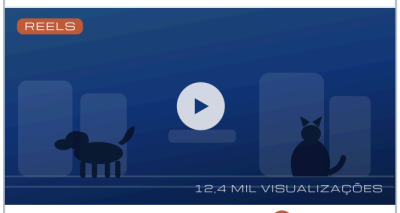
O post pago que vendeu produto irregular gera **vantagem econômica** — agravante do art. 210, § 2º, II. Somada ao dolo (inciso V), empurra a dosimetria para o teto da faixa.

1 DE ONDE VEM A ADMISSIBILIDADE – DUAS CAMADAS, NENHUMA DELAS ESPECÍFICA DE REDE SOCIAL

Camada	Dispositivo	O que ele resolve
Geral Processo administrativo	CF, art. 5º, LVI · Lei 9.784/1999, art. 30 · CPC, arts. 369 e 384	Inadmitem **só** a prova obtida por meio ilícito — publicação aberta não é meio ilícito. O CPC admite **todos os meios legais e moralmente legítimos, ainda que não especificados**; o art. 384 é a **ata notarial**, e seu parágrafo único diz que imagem e som em arquivo eletrônico podem constar dela.
Setorial MAPA / bebidas	Decreto 12.709/2025, art. 136	A autoridade **pode produzir imagens, áudios e vídeos** de produtos, instalações, equipamentos e pessoas, para registro e comprovação de fatos — **dispensada a transcrição a termo escrito**.
	Decreto 12.709/2025, art. 202 e arts. 141 e 142	**O dispositivo central.** A infração existe "inclusive quando realizada por meio de comércio eletrônico, plataformas digitais, **redes sociais** ou sítios eletrônicos"; o § 4º repete para **oferta, exposição ou venda**. A fiscalização alcança registros **eletrônicos** e locais com **arquivos digitais** — sem pisar na fábrica.
	Lei 14.515/2022, art. 34 e Decreto 12.502/2025	O **auto de infração** é o documento hábil para constatar a infração; o decreto de 2025 define o rito, os prazos e as instâncias.

2 ANATOMIA DE UM POST – O QUE A LEGENDA DIZ *E* O QUE A IMAGEM MOSTRA

CERVEJARIA EXEMPLO
patrocinado · Caxias do Sul, RS



Os bichos vieram conhecer a fábrica [6]! Chegou a Weiss sem glúten [1], feita na nossa nova fábrica [2] — lançamento antes do registro [3], só pra vocês. Zero álcool [4] e ótima pra imunidade [5].

#cervejaartesanal #saudavel · Compre pelo direct

A · O QUE A LEGENDA DIZ – ROTULAGEM E OFERTA

1. **Alegação sem lastro analítico.** "Sem glúten" exige o método competitivo (AOAC 2015.05 / R5). Sem laudo, induz a erro quanto à composição — art. 106, p. único, I. *Ver o GUIA-001.*
2. **Estabelecimento sem registro.** O post anuncia a própria unidade nova. Art. 206, I — **gravíssima**.
3. **Produto exposto à venda sem registro prévio.** Art. 205, XXV: "expor à venda... **sem o prévio registro do produto**". Anunciar antes do registro consuma a infração.
4. **Denominação incompatível.** "Zero álcool" só até 0,05% v/v; até 0,5% é "sem álcool", com advertência no painel.
5. **Qualidade terapêutica.** Vedação literal do art. 106, p. único, II. Não há laudo que salve.

B · O QUE A IMAGEM MOSTRA – A FÁBRICA POR DENTRO

6. **Animal na área de produção.** Cachorro da equipe, gato da fábrica, mascote da campanha, silvestre "adotado": a **IN MAPA 5/2000** (BPF de bebidas), item 5.6, manda **impedir a entrada de animais** em todo local com matéria-prima, material de envase, produto terminado **ou qualquer etapa de industrialização**. Enquadra em **funcionar sem condições higiênico-sanitárias** (art. 206, IV) e **sem garantir boas práticas** (art. 206, IX) — as duas **gravíssimas**.
7. **Quem entra sem paramentação.** Itens 6.6, 6.7 e 6.9 da IN 5/2000: uniforme, calçado, cabelo coberto, sem adornos; proibido comer, fumar ou cuspir; **visitante também se paramenta**. A equipe de filmagem é visitante.
8. **O que aparece ao fundo.** Piso com acúmulo de água, mangueira solta, tanque aberto, produto em contato com o chão — item 5.1 e art. 205, IX (condições que comprometem os aspectos higiênico-sanitários).
9. **O RT responde junto.** Art. 205, XVI: agir em desacordo com a legislação ou deixar de realizar o controle de qualidade, resultando em condições que não assegurem a inocuidade — **e o conselho profissional é notificado** (art. 228).

3 QUANTO CUSTA – ANEXO DA LEI 14.515/2022, EM REAIS, POR PORTE DO AUTUADO

Natureza	Pessoa física	MEI	Microempresa	Peq. porte	Média empresa	Demais
LEVE	100 – 250	100 – 250	500 – 1.500	1.000 – 1.500	1.500 – 3.000	1.500 – 5.000
MODERADA	251 – 1.000	251 – 1.000	1.501 – 2.500	1.501 – 5.000	3.001 – 8.000	5.001 – 15.000
GRAVE	1.001 – 5.000	1.001 – 2.500	2.501 – 5.000	5.001 – 10.000	8.001 – 20.000	15.001 – 50.000
GRAVÍSSIMA	5.001 – 50.000	2.501 – 5.000	5.001 – 10.000	10.001 – 30.000	20.001 – 50.000	50.001 – 150.000

Valores **originais** do Anexo da Lei 14.515/2022. O art. 39 do Decreto 12.502/2025 manda atualizá-los **todo 1º de março** pelo INPC, e a instância que decide aplica o valor **vigente na data da decisão** — não o da data do post. Confira a portaria do ano. Cabe ao autuado **comprovar** seu porte: quem não comprova é classificado como "demais estabelecimentos" (Dec. 12.502/2025, art. 10, §§ 6º e 7º). Reincidência específica na mesma infração, dentro de **5 anos**, aumenta a pena máxima em **10% por incidência** (Lei 14.515/2022, art. 28, §§ 1º e 2º); o pagamento em 20 dias, em cota única e sem recurso, **reduz 20%** (§ 3º).

APAGAR NÃO DESFAZ

A infração se consumou na publicação. O registro do art. 136 é anterior à exclusão, e o conteúdo sobrevive em repost, print e cache. Apagar é higiene, **não é defesa**.

O DECRETO NÃO FALA EM "PUBLICIDADE"

As palavras "publicidade" e "propaganda" **não aparecem** no Decreto 12.709/2025. O alcance vem do art. 106, que veda o engano também na **"forma de exposição ao consumidor"**.

O VÍDEO É PIOR QUE A FOTO

A foto mostra um instante escolhido; o vídeo mostra o **entorno em movimento** — piso, calçado, mangueira, tanque, quem passa ao fundo. É a diferença entre um recorte e uma vistoria.

LEVE ESTA PERGUNTA À PRÓXIMA REUNIÃO DE MARKETING

Você já viu o vídeo da área de produção de uma cervejaria classe mundial?

Área de produção não é cenário. Quando vira cenário, o post deixa de ser publicidade e passa a ser prova.

4 O QUE A PUBLICAÇÃO VIRA NO AUTO DE INFRAÇÃO — DECRETO 12.709/2025

O que o post faz	Enquadramento	Natureza	Observação
A · O QUE A LEGENDA DIZ – ROTULAGEM, OFERTA E REGISTRO			
Anuncia unidade, filial ou "nova fábrica" ainda não registrada	Art. 206, I	Gravíssima	Representação às autoridades é **obrigatória** (art. 229, p. único).
Anuncia atividade fora do que o registro autoriza (envase de terceiro, novo tipo)	Art. 206, II	Gravíssima	Vale para "estamos produzindo para a marca X".
Expõe à venda produto sem registro prévio — o "lançamento" antecipado	Art. 205, XXV	Grave	O verbo "expor à venda" está no texto; post é exposição (art. 202, § 4º).
Expõe à venda produto em desacordo com o decreto ou a IN aplicável	Art. 205, VIII	Grave	Porta de entrada da rotulagem e da denominação.
Induz a erro sobre identidade, composição, origem, tipo ou qualidade	Art. 106, p. único, I via art. 205, VIII	Grave	A vedação alcança a **"forma de exposição ao consumidor"**.
Atribui qualidade terapêutica ou medicamentosa ("imunidade", "detox")	Art. 106, p. único, II via art. 205, VIII	Grave	Vedação absoluta; nenhum laudo a torna admissível.
Usa irregularmente a expressão ou o selo de registro no MAPA	Art. 205, XXXI	Grave	Inclui pôr o selo em produto que não o tem.
Não atende a notificação ou intimação para corrigir o conteúdo	Art. 205, XX e XXI	Grave	**Sobe de degrau:** era moderada; ignorar o prazo torna grave.
Divulga rótulo ou arte em desconformidade	Art. 204, VIII	Moderada	Sanável por notificação — ver o quadro 5.
B · O QUE A IMAGEM MOSTRA – A FÁBRICA FILMADA			
Animal na área de produção — cachorro da equipe, gato da fábrica, mascote da campanha, silvestre "adotado"	Art. 206, IV e IX viola a IN MAPA 5/2000, item 5.6	Gravíssima	O item 5.6 manda **impedir a entrada de animais** em qualquer etapa da industrialização. Diz "animais", sem exceção nem lista.
Pessoas na área sem uniforme, calçado, cabelo coberto ou com adornos; comendo, bebendo ou fumando	Art. 206, IX IN 5/2000, itens 6.6, 6.7 e 6.9	Gravíssima	**Visitante e equipe de filmagem incluídos** — o item 6.9 é expresso.
O que aparece ao fundo: piso alagado, tanque aberto, produto no chão, mangueira solta	Art. 205, IX IN 5/2000, item 5.1	Grave	Condições que comprometem os aspectos higiênico-sanitários.
O responsável técnico agiu em desacordo ou deixou de fazer o controle de qualidade	Art. 205, XVI	Grave	Atinge o **RT pessoalmente**; o conselho é notificado (art. 228).

Somam-se. Duas ou mais infrações distintas no mesmo processo geram penalidades **cumulativas** (art. 208), e o teto vale **para cada infração, individualmente** (art. 214). O post do exemplo carrega **três enquadramentos gravíssimos** — art. 206, I, IV e IX.

5 O RITO, E AS PORTAS DE SAÍDA QUE A LEI DEIXA ABERTAS

20 dias para a defesa escrita, do recebimento do auto

3 instâncias: Superintendência, SDA e a CERDA

–20% na multa paga em 20 dias, cota única, sem recurso

5 anos é a janela da reincidência específica

A FAVOR DA CERVEJARIA PEQUENA

Fiscalização orientadora. Para MEI, ME e EPP é **prioritariamente orientadora**, com dupla fiscalização para lavrar o auto — salvo risco sanitário iminente (art. 140).

Notificação antes do auto. Na infração **leve** sanável, o auto **só é lavrado se a irregularidade não for sanada no prazo** (art. 202, § 2º). Na **moderada**, isso vale só para quem aderiu ao **Programa de Incentivo à Conformidade** (art. 202, § 3º; Lei 14.515/2022, art. 15).

Correção é atenuante. Comprovar que corrigiu **até o fim do prazo de defesa** é atenuante expressa (art. 210, § 1º, IV). Junte o print da correção.

CONTRA – E NÃO É MULTA

A linha pode parar antes do processo acabar. A suspensão temporária de atividade é **medida cautelar**, cabível a partir de **indício ou suspeita** de irregularidade com risco à saúde (art. 198, II) e no estabelecimento **sem condições higiênico-sanitárias adequadas** (art. 198, V). **Um vídeo basta como indício.**

Lista pública de infratores. Após o trânsito em julgado, o MAPA publica no seu sítio razão social, registro, marca, produto, infração e penalidade (Dec. 12.502/2025, art. 38).

TAC não perdoa a multa. Converte *suspensão ou cassação* em multa substitutiva e **não exime** a sancionatória (art. 31, § 3º).

6 ROTEIRO – O QUE FAZER NA SEGUNDA-FEIRA DE MANHÃ

01 **Trate o perfil como rótulo.** Quem aprova arte de lata aprova post. Se o texto não caberia no rótulo, não cabe na legenda.

02 **Nenhum animal entra. Nunca.** Cachorro, gato, mascote de campanha, silvestre "adotado" — a norma não abre lista de exceções. A foto se faz no pátio, na loja ou no rótulo.

03 **Filmagem é visita.** Quem entra com câmera se paramenta como quem trabalha (item 6.9). Registre a paramentação da equipe antes de gravar.

04 **Revise o fundo do quadro.** Antes de publicar, olhe o que *não* é o assunto: piso, calçado, tanque, mangueira, quem passa atrás.

05 **Registro primeiro — e varra o histórico.** Anunciar antes do registro é a infração mais fácil de provar: a data está no post. E post antigo continua publicado, logo continua sendo exposição.

06 **Sem laudo, sem *claim*.** "Imunidade", "detox", "probiótica", "digestiva": não há laudo que autorize. "Zero álcool" só até 0,05% v/v; "sem álcool" até 0,5%.

07 **Instrua quem publica.** Agência e social media não respondem pelo auto — a cervejaria responde. Dê a eles o quadro 4.

08 **Guarde a correção e responda no prazo.** Print antes e depois, com data. Ignorar prazo transforma moderada em grave (art. 205, XX e XXI).

A VISITA GUIADA TEM VERSÃO SEGURA

Corredor técnico, visor, sala de degustação, área externa: dá para mostrar a fábrica sem entrar na área de manipulação. O que não dá é **tratar a linha como estúdio**.

O DECRETO É RECENTE

O Decreto 12.709/2025 é de **31/10/2025** (DOU de 03/11/2025) e revogou o 6.871/2009. Produz efeitos **desde a publicação**: não há transição para o art. 202.

TETO PRÓPRIO PARA BEBIDAS

Fora da tabela do quadro 3: na infidelidade do depositário de bem apreendido, a multa vai ao teto de **R$ 29.262,75** (art. 213, § 1º, remetendo à Lei 8.918/1994).

*Normas conferidas em texto oficial em agosto de 2026: Decreto 12.709/2025, Decreto 12.502/2025, Lei 14.515/2022, Lei 9.784/1999 e Lei 13.105/2015 (CPC) no Planalto; IN MAPA 5/2000 (Regulamento Técnico de BPF para bebidas e vinagres) em publicação oficial. Os enquadramentos do quadro 4 são **leitura técnica combinada** dos arts. 106, 198, 202, 204, 205 e 206 do Decreto 12.709/2025 aplicada ao conteúdo digital — a autuação concreta depende do fato, do produto e do entendimento da autoridade fiscalizadora, e não há, até esta revisão, jurisprudência administrativa consolidada sobre o art. 202. Conteúdo de orientação técnica: não substitui a análise do caso concreto, o laudo laboratorial, a manifestação do serviço de inspeção nem o parecer jurídico. Elaborado por Maurício di Ferreira · Eng. Químico · CREA-RS 149251 · CRQ-V 05303466 · GUIA-006 · Rev. 04 · out/2026.*

Rua Alexandre Fleming, 182 · Sala 1301 · Madureira · CEP 95041-520 · Caxias do Sul/RS · Prassi Engenharia e Assessoria LTDA · CNPJ 51.901.128/0001-67 · +55 51 99545-1857 · mauriciodiferreira@prassiengenharia.com.br